

A Ciência e os caminhos do desenvolvimento

**Justiça Ambiental e Social/Distributiva na perspectiva da comunidade
de pescadores artesanais do Município de São Francisco de
Itabapoana do Estado do Rio de Janeiro**

Ari Gonçalves Neto, Shirlena Campos de Souza Amaral

Resumo: A compreensão da realidade social por um olhar mais humanizado constitui um dos objetivos a ser alcançado pela sociedade contemporânea. Assim, a promoção de direitos e a conscientização sobre os princípios basilares da Justiça Social/Distributiva, juntamente com a indispensável equidade socioambiental nesses tempos globalizados, são fundamentos para a efetivação da Justiça Ambiental. Neste contexto, verifica-se que a comunidade de pescadores artesanais do Município de São Francisco de Itabapoana do Estado do Rio de Janeiro encontra-se em situação de pobreza e grande vulnerabilidade, especialmente, considerando o segundo pior lugar no IDH em comparação com as demais cidades do Estado. E frente a esta realidade fática, a pesquisa justifica-se em sua importância jurídico-social, em tempo de incertezas e perdas de direitos sociais e fundamentais, uma análise das teorias da Justiça Ambiental e Social/Distributiva se mostra relevante, especialmente, considerando a segregadora e esquecida realidade enfrentada pelos pescadores artesanais de São Francisco de Itabapoana. Pretende a pesquisa, portanto, analisar à luz das teorias e principiologia das citadas Justiças, a forma como se materializa a percepção de direitos sociais e fundamentais por esses indivíduos, bem assim a própria concepção de Justiça, evidenciando as principais demandas sociais vindicadas, e, por fim, como se dá o acesso aos serviços básicos. Ainda se pretende identificar quais são e como ocorrem os custos e benefícios decorrentes da exploração dos recursos minerais marítimos e seus consequentes impactos socioambientais negativos e econômicos junto à comunidade pesqueira, com vistas a apresentar uma síntese da realidade desses pescadores artesanais para possíveis intervenções públicas que venham contribuir para a composição das demandas apresentadas e na conscientização de direitos. A metodologia utilizada é quali-quantitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental referentes ao tema, assim como em coleta de dados, mediante questionários aplicados aos Gestores das comunidades pesqueiras, dados do balanço analítico do Projeto PEA-Pescarte, e de acordo com a legislação afeta à pesca.

Palavras-chave: Pescadores artesanais, Direitos sociais fundamentais, Justiça ambiental.

Instituição de fomento: UENF.